



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 12 270-C/2007

Considerando que a nova orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, determinou a criação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade do Género (CIG), posteriormente concretizada pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio;

Considerando a aptidão e a significativa experiência profissional demonstrada pela mestra Elza Maria Henriques Deus Pais, nomeadamente enquanto presidente da agora extinta Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), nas matérias relativas à execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género;

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, é nomeada para o cargo de presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade do Género (CIG) a mestra Elza Maria Henriques Deus Pais, cujo currículo académico e profissional faz parte integrante do presente despacho e é publicado em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

1 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Síntese de nota curricular

Elza Maria Henriques Deus Pais, nascida a 22 de Novembro de 1958.

A — Mestre em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova e Lisboa, com a tese *Homicídio Conjugal em Portugal*. É ainda doutoranda na mesma Faculdade na área da violência doméstica e licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga.

B — Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, desde 17 de Outubro de 2005.

C — Presidente da Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, desde 16 de Junho de 2005 e representante permanente de Portugal no Programa DAPHNE — Programa de Prevenção e Combate à Violência contra Crianças, Jovens e Mulheres, e de Protecção a Vítimas e Grupos de Risco — da Comissão Europeia.

D — Coordenadora da Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos desde 18 de Julho de 2006; representante efectiva de Portugal no Conselho da Europa como *focal point* para a violência doméstica; membro efectivo do Conselho Económico e Social, como representante do Governo, na Comissão Especializada Permanente de Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território (CDROT); vogal suplente do Conselho Superior de Estatística, em representação da Presidência do Conselho de Ministros.

E — Foi presidente do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência de Maio de 2000 a Dezembro de 2002; presidente do Grupo Horizontal Drogas do Conselho da Europa durante a Presidência Portuguesa da União Europeia no 1.º semestre de 2000; coordenadora nacional do Projecto Vida de Novembro de 1999 a Agosto de 2000; membro do conselho de administração do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência de Novembro de 1999 a Dezembro de 2002.

É investigadora no Centro de Estudos de Sociologia Aplicada Soci-Nova, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e no Centro de Estudos em Intervenção Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa; é docente na Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, e assessora do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social (comissão de serviço); é, ainda, a encarregada de missão para a luta contra a droga e a toxicodependência através da educação artística da AIAP.UNESCO — Portugal;

Foi consultora do Projecto PENÉLOPE, em 2003, financiado pela Comissão Europeia e coordenado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), para analisar a violência doméstica no Sul da Europa: Portugal, Itália, Grécia, França e Espanha; foi também consultora do Projecto ALCIPE — projecto para a formação e informação no combate à violência exercida contra as mulheres, sob a coordenação da APAV, em 1999; foi ainda membro da 1.ª Comissão de Acompanhamento do I Plano Nacional contra a Violência Doméstica durante o ano 2000; realizou no ano de 1999 um estágio para investigação na Faculdade de Criminologia da Universidade de Ottawa; foi assistente convidada do mestrado «Violência e sociedade» da UNL/FCSH, nos anos de 1998-1999 e 1999-2000.

Tem participado na realização de vários trabalhos de investigação no âmbito de protocolos estabelecidos entre o Gabinete de Estudos em Sociologia Aplicada SociNova da UNL/FCSH e o Ministério da Administração Interna (1997-1999), nomeadamente estudo sobre violência, crime e insegurança: evolução e diferenciação da criminalidade em Portugal; e estudo sobre a criminalidade e a insegurança associada (participações à GNR e PSP nos anos 1996 e 1997).

Foi convidada em 2005 pelo Centro de Estudos Judiciários a integrar a lista dos juristas das provas escritas de Composição e Cultura do XXIV dos candidatos ao curso de formação de magistrados judiciais e do Ministério Público, conforme o aviso n.º 3438/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de Abril de 2005.

Tem realizado várias conferências nacionais e internacionais e cursos de formação na área da violência doméstica e igualdade de género e é autora de livros e artigos publicados em diversas revistas nacionais e estrangeiras, de onde se destacam: *Rupturas Violentas da Conjugalidade: Os Contextos do Homicídio Conjugal em Portugal*, publicado pela Hugin em 1998; «Violência doméstica — Perfil da prevenção e da intervenção em Portugal», in revista *Polícia e Justiça*, 2005; e em co-autoria do livro *Violência contra as Mulheres*, publicado pela CIDM, em 1997; *Typologie de L'Homicide Conjugal au Portugal: Contexte et Specificities*, publicado em Actes de La Conférence «La Violence au sien de la famille: place et role des hommes», Estrasburgo, 6-7 de Dezembro de 2005; *Responsabilidade Social na Diferenciação Empresarial*, comunicação apresentada em seminário promovido pela Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias, 16 de Maio de 2006; «Violência doméstica no roteiro para a inclusão», artigo publicado no *NOTÍCIAS* (pp. 3-6), n.º 37, Março-Agosto de 2006; *As Migrações, a Saúde e o Género — O Triálogo Necessário à Igualdade e aos Direitos Humanos*, comunicação proferida no seminário promovido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Associação de Planeamento Familiar no âmbito da apresentação do relatório sobre a situação da população mundial UNFPA — Fundo das Nações Unidas para a População, Lisboa, 6 de Setembro de 2006; «Mulheres e migrações em Portugal», comunicação apresentada na 11.ª Conferência Internacional METROPOLIS, Lisboa, 2-6 de Outubro de 2006; «Mulheres e terrorismo: o papel das mulheres na resolução de conflitos: uma perspectiva de género», conferência proferida no seminário internacional; *Cidades e Terrorismo: Redução de Riscos e Gestão da Crise*, Universidade Atlântica, SOCINOVA/Universidade Nova de Lisboa e European Forum for Urban Safety, Lisboa, 26-27 de Outubro de 2006.

Despacho n.º 12 270-D/2007

A nova orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, determinou a reestruturação, entre outros serviços e organismos, da respectiva Secretaria-Geral (SGPCM), do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) e do Gabinete Nacional de Segurança (GNS).

Esta reestruturação foi posteriormente concretizada pelos Decretos-Leis n.ºs 161/2007 (SGPCM), 163/2007 (CEGER) e 170/2007 (GNS), todos de 3 de Maio.

Assim, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, conjugada com o disposto nos decretos-leis referidos supra, e uma vez que permanecem os pressupostos que fundamentaram as respectivas nomeações, determina-se a manutenção das comissões de serviço dos seguintes dirigentes:

a) Secretário-geral da Presidência do Conselho de Ministros, licenciado José Maria Belo Sousa Rego;

b) Director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), Doutor Alexandre Paulo Fernandes Varela Simões Caldas;
c) Director-geral do Gabinete Nacional de Segurança, vice-almirante na situação de reserva José Deolindo Torres Sobral.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

1 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Despacho n.º 12 270-E/2007

Considerando que a nova orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, determinou a reestruturação do Centro Jurídico (CEJUR), posteriormente concretizada pelo Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio;

Considerando a idoneidade, experiência e competência profissional demonstradas pela mestra Susana de Meneses Brasil de Brito, bem patentes no currículo académico e profissional que faz parte integrante do presente despacho e é publicado em anexo;

Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, é nomeada para o cargo de directora do Centro Jurídico (CEJUR) a mestra Susana de Meneses Brasil de Brito.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

1 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Síntese de nota curricular

1 — Habilitações académicas:

Mestrado em Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1988, *Bom com distinção*);

Licenciatura em Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1983, *Bom*).

2 — Actividade profissional:

Desde Março de 2001 — exercício de funções de directora do Centro Jurídico (em substituição, nos termos da lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional, artigo 35.º, n.º 2);

2004-2006 — assistente no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Introdução ao Estudo do Direito);

2001-1998 — assistente da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Fundamentos do Método Científico e da Lógica, 1997-1998);

(2001)-1996 — consultora principal do Centro Jurídico;

1998-1988 — assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito Internacional Privado, Direito da Família e Direito das Sucessões e Introdução ao Estudo do Direito);

1996; 1993; 1992 — consultora do Departamento Jurídico do Banco Mundial no âmbito do Projecto Legal Capacity Building (Moçambique);

1995-1993 — docente na Academia Militar ao abrigo do Convénio entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a Academia Militar (Introdução ao Estudo do Direito);

1991-1992 — docente na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, ao abrigo do Convénio de Cooperação entre esta Faculdade e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Teoria do Direito e do Estado I e II);

1988-1984 — assistente estagiária da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito Internacional Privado);

1986-1983 — Estágio e exercício da advocacia como profissional liberal;

1984-1983 — assistente no Departamento de Direito da Universidade Livre, Lisboa (Filosofia do Direito e do Estado);

1984-1982 — monitora na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito Internacional Privado).

3 — Outros elementos académicos e profissionais:

Desde 2006 — membro do Conselho Editorial dos Cadernos Interdisciplinares Luso-Brasileiros (Instituto Jurídico Interdisciplinar/Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Escola Superior de Direito Constitucional/São Paulo, Brasil);

Desde 2005 — representante de Portugal no Grupo de Alto Nível de Especialistas Nacionais em Matéria de Legislação, com funções junto da Comissão Europeia;

Desde 1998 — doutoranda, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

2006 — (palestra) Supererogatio — Sociedade Portuguesa de Filosofia, Seminário de Filosofia do Direito e do Estado;

2006 — (palestra) Ruy Sant'Elmo, uma ilustração da imaginação literária do jurista. Colóquio «Direito e literatura», Instituto Jurídico Interdisciplinar/Faculdade de Direito da Universidade do Porto;

2006 — intervenção lectiva em curso de formação para dirigentes (INA) sobre simplificação e avaliação legislativa;

2002 — (conferência e artigo) «Em torno da indemnização às vítimas de crimes violentos» (*Direito e Cidadania*, ano IV, n.º 14, Janeiro de 2002 a Abril de 2002, pp. 43-55);

2001-1996 — membro da delegação portuguesa da Comissão Internacional para o Estado Civil (CIEC);

2000 — (conferência) «O valor jurídico-económico do trabalho doméstico numa perspectiva de direito privado» (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas/Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa);

2000 — participação nos júris de selecção dos candidatos à Magistratura (Centro de Estudos Judiciários);

1999 — (palestra) equidade (Seminário Permanente para o Estudo do Estado do Direito, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa);

1999, 1997 e 1996 — bolsista do Max-Planck Institut für ausländisches und internationalisches Privatrecht (Hamburgo);

1996 — (conferência) «A tradição jurídica portuguesa no direito moçambicano» (Colóquio Globalização e Diferença, Universidade de Macau);

1995-1994 — colaboradora do Max-Planck Institut für ausländisches und internationalisches Privatrecht, *International Encyclopedia of Comparative Law*, Mozambique/National Report (em publicação);

1993 — (artigo) sobre a indagação da lei aplicável aos pactos de jurisdição (estudos em memória do professor João de Castro Mendes, Lisboa, Lex, s.d.);

1992 — (conferência e artigo) «Informática e juristas, que usos, que futuro?» (*Revista Fisco*, 1993);

1992 — co-tradutora do livro *Women's Law — An Introduction to Feminist Jurisprudence*, de Tove Stang Dahl (*Direito das Mulheres, Lisboa*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993);

1992-1988 — membro do projecto do INESC (Instituto de Engenharia e Sistemas de Computadores) Normlog/Deontlog, no domínio da inteligência artificial aplicada ao Direito (representação e formalização do conhecimento jurídico); co-autora, de um protótipo de sistema pericial de apoio ao ensino na área do reenvio em Direito Internacional Privado;

1991 — (policop.) *Sumários de Introdução ao Estudo do Direito* (texto de apoio aos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1991-1992);

1990 — (conferência e artigo) «A experiência do projecto Normlog — o sistema do reenvio concebido como de apoio ao ensino» (colóquio sobre informática e Tribunais, Ministério da Justiça/Fundação Calouste Gulbenkian; separata do *Boletim do Ministério da Justiça*, n.ºs 47/48, 1991);

1989 — (palestra) «Lógica Deontica — Uma perspectiva histórica com vista aos contributos de Leibniz, Bentham e Hohfeld», Sociedade Portuguesa de Filosofia, Seminário de Filosofia do Direito e do Estado;

1988 — (diss. mestrado) «Acordos sobre o tribunal competente em situações internacionais»;

1984 — concurso para assistente estagiária da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (da forma da declaração negocial em Direito Internacional Privado).

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 12 270-F/2007

Considerando que a nova orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, determinou a criação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade do Género (CIG), posteriormente concretizada pelo Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio;

Considerando a aptidão e a experiência profissional demonstradas pela licenciada Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves enquanto vice-presidente da agora extinta Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), nas matérias relativas à execução das políticas públicas e no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género;

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e 4.º do Decreto-Lei n.º 164/2007, de 3 de Maio, e do despacho de subdelegação de competências n.º 14 405/2005 (2.ª série), de 21 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005: